Freud: da representação à verdade[1]

Maria Elizabeth Egydio de Carvalho*

Resumo. Este trabalho tematiza, a partir da leitura de parte da obra de S. Freud, a questão da constituição e da natureza do psiquismo humano. Percorre diversos temas da obra freudiana, elegendo o conceito de 'representação' como instrumento privilegiado nesta investigação; através de sua explicitação emerge um problema dado freqüentemente como marginal à psicanálise, mas que, na verdade, se faz presente no pensamento freudiano, ainda que silenciosamente na maioria das vezes: a relação entre o psíquico e o não-psíquico, traduzida na relação entre a representação e o representado. A prova de que esta dificuldade – pode-se dizer clássica, visto que central na metafísica tradicional – existe também no contexto da teoria psicanalítica e exige resposta é dada pela necessidade de se construir, no seio da própria psicanálise, um conhecimento do tipo axiomático – a metapsicologia. A metapsicologia, que não se confunde com o discurso científico da psicologia, tampouco com a metafísica, indica que habita na psicanálise uma dificuldade que requer, para ser resolvida, que a tratemos em um nível de generalização permitido apenas pela especulação. Refazer o movimento interno à obra de S. Freud que nos conduz ao impasse posto pelo conceito de 'representação' e configurar o salto em direção ao conhecimento metapsicológico que ele impõe, é a isto que se propõe o presente trabalho. O terreno essencialmente teórico em que circula não impede, todavia, que se esbocem conclusões clínicas, uma vez que se reapresenta, assim que voltamos os olhos para a prática clínica da psicanálise, a mesma dificuldade relativa à fronteira entre o psíquico e o real.

Palavras-chave: representação, Freud, metapsicologia.

Introdução

O presente trabalho pretende, a partir da leitura de parte da obra de S. Freud, apontar temas propostos pela psicanálise em torno da questão da constituição do sujeito psíquico e refletir sobre eles. Como que pano de fundo de todo o desenvolvimento da teoria psicanalítica, a compreensão da natureza do psíquico em geral parece ser a grande ambição freudiana. Tanto que, em busca de a ela aportar, Freud vê-se obrigado a definir um espaço novo que comporte esta discussão, nomeando-o "metapsicologia". Vemos este novo ângulo ser introduzido por ele desde *A interpretação dos sonhos*, ao lado de um ponto de vista estritamente clínico.

Esta dupla vertente da psicanálise – se assim a podemos designar – estremece não só a noção que temos do que seja o psicológico, mas também e principalmente a concepção que a ciência psicanalítica tenta esboçar acerca do psiquismo humano. Teremos, em vários momentos deste trabalho, portanto, a sensação de estarmos percorrendo um caminho fronteiriço entre dois saberes; um propriamente psicológico, no que diz respeito à abordagem fenomenológica

1 Este trabalho foi apresentado como trabalho obrigatório de conclusão de curso realizado no ano de 1994 na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Sidnei José Cazeto. Concorreu ao prêmio "Ana Maria Poppovic" patrocinado pela Fundação Aniela Ginsberg no ano de 1995, no qual obteve uma "menção honrosa".

* Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 1994. Cursa atualmente o mestrado em Psicologia Clínica na PUC-SP.

da subjetividade; o outro, tendo como perspectiva o fundamento universal desta subjetividade, assemelha-se a uma "metafísica psicológica", traduzida por Freud como "metapsicologia".

A noção psicanalítica de representação – concebida como matéria-prima da constituição psíquica – surge como conceito catalizador desta região fronteiriça, porque contém em si a característica de ser singular, ao mesmo tempo em que nos conduz em direção ao corpo, domicílio da impessoalidade. Esta aparente contradição imposta pela representação será acompanhada pela emergência de problemas referentes tanto à prática clínica da psicanálise, como a seu corpo teórico.

Como não poderia deixar de ser, a questão da verdade surge na obra freudiana fazendo referência à relação entre a representação e o representado. O que seria simples não fosse a função primordial da representação a de promover o afastamento do que substitui. Uma verdade, portanto, ao menos pouco acessível e, do ponto de vista do sujeito, ameaçadora. Freud mantém, no entanto, a verdade como meta do trabalho analítico. Vemos, assim, traduzida em termos psicológicos, a questão central da teoria do conhecimento, a da possibilidade ou não de, partindo-se da subjetividade representativa, dar-se a conhecer o mundo da objetividade.

Faz-se necessário, antes de prosseguir, tomarmos em conta que o trabalho que se segue não pretende ser uma exegese do pensamento freudiano. É, em realidade, o resultado de uma interpretação – dentre tantas possíveis – de algumas obras de Freud, sobretudo com o intuito de fazer emergir questões que este pensamento possa suscitar, sem qualquer intenção de autoproferir-se "verdadeiro".

A metapsicologia

Ao que não podemos chegar voando,
temos de chegar manquejando.
Freud

Do ano de 1915 datam os escritos freudianos reunidos sob a designação "artigos sobre a metapsicologia", o que sugere que – por motivos que ainda nos são desconhecidos –, num dado momento do percurso de construção da teoria psicanalítica, fez-se necessário um desvio por um atalho que nos introduzisse num campo distinto do da teoria psicanalítica propriamente dita, para que posteriormente pudéssemos a ela retornar. Veremos que, de fato, a metapsicologia não se confunde com o que designarei como "ciência psicanalítica". Com a ciência psicanalítica ela faz margem, mas seu território é outro. O que não nos permite, entretanto, tomá-la à maneira de um desvio arbitrário, casual, enfim,

um capricho do homem Freud. Se ela é um "de fora", não é, todavia, um apêndice.

Tomo a psicanálise como ciência, sem qualquer pretensão de enveredar pela discussão que tematiza esta questão à luz do modelo positivista de ciência. Emprego o termo de modo mais geral, segundo, talvez, uma concepção filosófica de ciência. De acordo com este pensamento, a práxis, o intuito de "mudar as coisas", opõe-se à contemplação da realidade. E a ciência, que carrega em si esse empenho prático, só o pode levar a termo se proceder a um recorte da realidade, a partir do qual constitui seu objeto:

> (...) as ciências nasceram como consideração racional restrita a partes ou a setores do real e elaboraram metodologia e técnicas de pesquisa que, moduladas em função das estruturas dessas partes, só podem valer para elas, e não podem, de modo algum, valer para o todo. (Reale, 1975-1980, Prefácio)

A psicanálise é, assim, uma ciência como qualquer outra: produz um recorte na realidade, elege um aspecto dela, cria hipóteses a seu respeito e a ela retorna de posse de um novo instrumento, a fim de nela produzir transformações. Esta fração da realidade que define a cientificidade da psicanálise e constitui seu objeto, definimo-la em uma palavra: o fenômeno humano. Mas não o fenômeno humano em geral, senão o seu aspecto psíquico. Tampouco isto é satisfatório, porque a este fenômeno cumpre acrescentar o atributo 'acidental': o fenômeno do psiquismo humano como *sendo*. O que isto quer dizer? Que a psicanálise tematiza aquilo que está aí, aquilo que se manifesta no aqui e agora, o que se dá a conhecer no momento da observação. E então, como toda ciência, seu alcance é limitado; o máximo de generalização possível estaria restrito a uma momento histórico. Enfatizemos: o pólo empírico da psicanálise a cerceia de qualquer pretensão à universalização.

Que a metapsicologia surja como um capítulo da psicanálise – o que é apenas aparente, pois ela está presente ao longo de toda a obra freudiana – pode bem ser atribuído ao gênio incansável de Freud. Esta resolução, todavia, em nada nos serve. Podemos e preferimos entender que a metapsicologia surge de uma necessidade imposta pela própria psicanálise, ou melhor, por aquilo que a psicanálise – entenda-se a ciência – deixa de fora. Ora, dizíamos que toda ciência possui um limite bem claro, conseqüência direta de seu objeto. Da psicanálise nós o designamos por "fenômeno psíquico humano", o que pode ser simplificado pelo termo 'subjetividade'. Este, que diz respeito à constituição de *um* sujeito, traz consigo de forma exemplar aquilo que tento demonstrar como o ponto cego da ciência: sua acidentalidade. O que fica de fora, o que não pode ser abarcado por uma teoria que se construa indutivamente a partir da experiência, é o fundamento último que ultrapassa o particular, apesar de contê-lo em si. Não o subjetivo como existência, mas o subjetivo como essência: o que faz com que o sujeito seja?

Esta é a pergunta fundamental que torna irreversível o salto para o campo metapsicológico, que não guarda mais – porque não pode fazê-lo – qualquer dependência com a empiria. Trata-se de um conhecimento novo, absolutamente distinto do conhecimento científico, puramente especulativo e axiológico (Freud, 1915c). E é neste terreno que se estabelecem os conceitos básicos da ciência psicanalítica, os quais, dada a necessidade que apenas o pensamento especulativo pode alcançar, adquirirão o estatuto de universais: não mais o subjetivo sendo, mas o ser do subjetivo.

O curioso e digno de nota é que o fundamento do subjetivo só pode ser algo "não-subjetivo", isto é, não pertencendo em particular a nenhum sujeito. Isto porque, enquanto se está no campo da ciência é impensável tratar do psíquico sem fazer referência a um sujeito, ainda que suposto; não há o psíquico como pura forma, apenas como constituição necessariamente vinculada a um particular. É logicamente impossível conceber o psíquico sem que seja sustentado pela noção de sujeito. Mas, no momento em que se pode libertar da tirania da experiência, torna-se perfeitamente legítima a concepção de um psíquico universal, impessoal.

Este universal que ocupa uma posição central na metapsicologia de Freud traduz-se no conceito de *isso* ou de *pulsão*. Seu caráter de exterioridade é atestado por sua fonte: o corpo orgânico. Seu estatuto de fundamento é dado por sua anterioridade em relação ao psíquico: dela se origina o sujeito. A garantia de universalidade advém da impessoalidade que engendra: qualquer corpo. E, finalmente, seu caráter distintivo em relação ao subjetivo é dado por sua finalidade: a morte.

Salta-nos aos olhos um impressionante paradoxo: o fundamento do psíquico é, ao mesmo tempo, o que se lhe opõe de forma mais radical. A ciência nada tem a nos dizer a este respeito, mas será empresa da metapsicologia tentar resolvê-lo, ainda que no final não pareça mais que uma "estrutura artificial de hipóteses" (Freud, 1920, p. 81). Mas, ao menos este lugar de advogado do diabo, garante Freud, nos impedirá de cairmos desavisados nas profundezas do inferno.

O psíquico *versus* o real: a representação e o representado

Ao explicar a transição do método catártico, cujo método terapêutico era a hipnose, à psicanálise, é trazida à luz, por Freud, aquilo que constituiria "(...) a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise" (Freud, 1914, p. 26), a saber, a teoria do recalcamento. Não de forma inadvertida, pois na ordem do dia estavam as desconcertantes indagações acerca dos sintomas corporais carentes de etiologia orgânica. A medicina da época, vendo-se contestada em seu saber, rechaça a histeria, condenando-a como "a doença forjada". Será então através dela que Freud dará início às suas investigações. O

mecanismo do recalcamento surge como o recurso teórico que pretende dar conta de explicar um fato de observação já presente desde a época dos tratamentos hipnóticos: a divisão psíquica das histéricas. Inicialmente, referiu-se à ignorância da paciente acerca da etiologia de seu sintoma, que remontava a cenas passadas de caráter traumático, nas quais, por este motivo, a emoção a elas relacionadas ficara represada, responsáveis, portanto, pelo estado patológico atual. A teoria do recalcamento advém desta primeira explicação, mas difere dela ao acrescentar-lhe o motivo pelo qual se opera tal divisão psíquica, ou ainda, o porquê do efeito traumático destas cenas passadas. Em busca destes esclarecimentos, Freud nos conta que, não obstante a diversidade de situações expressas por estas cenas em cada paciente, era possível perceber nelas um traço comum que as aproximava: diziam respeito sempre a um episódio de sedução praticado por um adulto. O efeito traumático destas cenas e o motivo pelo qual tiveram de ser banidas da consciência derivavam, pois, da precoce exigência sexual feita à criança. Define-se um certo episódio traumático – traumático porque sexual – como o fator etiológico da afecção histérica, tomando-se assim o recalcamento como o mecanismo psíquico por excelência da histeria.

Esta explicação será abandonada e substituída por aquilo que talvez tenha sido a maior inovação da psicanálise: a descoberta da sexualidade infantil. Seu advento produzirá não só a recusa do caráter real do trauma, mas terá um importante efeito ampliador das construções teóricas vigentes até então, a partir da transposição da compreensão obtida dos estudos das neuroses a fenômenos psíquicos normais e corriqueiros, tais como os sonhos, os lapsos de linguagem e os chistes. Veremos, contudo, que uma certa concepção traumática da sexualidade manter-se-á como pano de fundo de todo o desenvolvimento posterior da obra de Freud.

O alargamento repentino da teoria encontra sua legitimidade na tese mesma da sexualidade infantil. Esta última opera uma tal inversão, que assistimos à assunção do adulto, antes um pervertido, ao lugar de objeto de desejo da criança, e a sedução, de real que era, aparece como produto da vida fantasmática infantil, produzindo-se a gênese de uma importante oposição entre realidade psíquica e realidade externa. Esta passagem é essencial porque sugere alguma relação entre o que é da ordem do psíquico e a sexualidade. Desde *A interpretação dos sonhos,* vemos esta relação esboçada. Não só como o propulsor do trabalho dos sonhos, o desejo aparece como a moção psíquica responsável pelo funcionamento mental: "(...) nada senão o desejo pode colocar nosso aparelho anímico em ação" (Freud, 1900, p. 517). Sem fazer ainda referência à sexualidade, Freud recusa indiretamente a possibilidade da inerência filogenética do desejo, ao circunscrever sua origem no momento preciso da percepção de uma necessidade não satisfeita, e da ligação desta percepção à imagem mnêmica da satisfação num tempo anterior, desta mesma necessidade. Da experiên-

cia da excitação produzida pela necessidade surge uma moção psíquica que visa recatexizar o traço de memória de uma satisfação que não sobrevem no momento presente. Falamos, evidentemente, da frustração de uma necessidade.

Esta explicação pouco valor tem do ponto de vista do desenvolvimento infantil. Adquire grande importância, ao contrário, se compreendermos que nela reside, sem dúvida, um dos princípios mais fundamentais da psicanálise, o que estabelece a origem do psíquico no ponto exato – talvez um tanto mítico, pois Freud o localiza num tempo preciso – em que o corpo somático sofre uma espécie de apagamento. É o que Freud designa como "imagem mnêmica" ou traço de memória, um elemento novo que se introduz no organismo criando um intervalo entre as extremidades perceptual e motora do aparelho, intervalo este que desvia, modifica e atrapalha o curso das excitações. Este algo inédito que se introduz marca a subversão do modelo reflexo. Inaugura-se o lugar do "entre", uma mediação, uma membrana seletiva entre dois "reais": o corpo real e a "realidade real". Imagem mnêmica, satisfação alucinada, fantasma, são configurações diferentes tomadas pela teoria em momentos distintos para referir-se a este intervalo; são re-apresentações da experiência de satisfação real, desvios no propósito do organismo como tal, adiamentos do propósito último de todo ser vivo: a morte.

O corpo em si mesmo, o corpo que um dia existiu, mas ao qual não temos mais acesso, este corpo perdido num tempo remoto, ele é maciço, opaco, pleno. Constitui uma entidade coerente, todos os processos concorrendo para o mesmo fim, a descarga, a redução das tensões. Ora, a possibilidade de proporcionar uma satisfação outra, de outra ordem, inaugurada pela produção de fantasmas, interrompe a imediatez da descarga, retira o corpo do anonimato, põe fim à sua plenitude, porque erige, ao seu lado, uma outra entidade que designamos pelo nome de 'objeto'. Entenda-se que o corpo por si só, como conjunto de órgãos e sistemas, não constitui uma unidade, não constitui uma coisa, um ser, ou qualquer entidade definida. Podemos antes dizer que *tudo é o corpo.* Por dificuldades impostas pela linguagem, temos que designar *isso* por algum nome, mas afora isto o termo 'corpo' presta-se a um equívoco sem proporções, pois sempre que o empregamos *imaginamos* não importa o que *envolto por uma superfície.* Mas é precisamente disto que não se trata.

Um corpo é um "envolto por uma superfície" desde que assim nós o imaginamos, assim nós o representamos – esta é a forma em que psiquicamente o corpo assoma para nós. E, se pudéssemos dispor da imaginação para nos aproximar do corpo mesmo, estaríamos no caminho certo se, desde então, passássemos a associar o termo não a uma superfície, mas a uma linha reta, sem origem e sem fim, que em ponto algum se fecha. Note-se o que estou tentando frisar com isto: a coincidência ou identidade entre o corpo e o que designamos por "realidade externa". A distinção, e mesmo a oposição que pronunciamos

com plena convicção entre um "de dentro" e um "de fora", só pode, sempre, ser estabelecida por um sujeito, de seu lugar de "entre", e diz respeito, com propriedade, não à oposição entre "mundo interno" e "mundo externo", mas sim entre um psíquico em que o sujeito reside e um Real que lhe é estranho, qual seja, o corpo e a realidade.

A operação de juntar as pontas da linha e formar uma superfície consiste na criação de um corpo único, portanto subjetivado, jamais numa fotografia sua. O corpo é, dentre tantas tarefas, uma das primeiras com a qual o sujeito deve se confrontar de punho próprio. Vemos isto expresso em termos da constituição do eu em *O eu e o isso* (1923)[2]. O eu é, segundo Freud, uma estrutura de superfície, menos no sentido daquilo que se opõe ao profundo, mas, mais precisamente, tomado no sentido daquilo que "faz fronteira", delimita continentes, tanto em relação ao dito "mundo externo", quanto em relação ao "isso". Ora, em termos de desenvolvimento, o primeiro movimento diferenciador é impulsionado precisamente pela percepção do objeto, não de qualquer objeto, mas um em especial, o corpo próprio. Diremos, então, que o núcleo do eu é a percepção do corpo próprio como superfície, contorno, com uma ressalva feita por Freud: como mera percepção, a percepção do corpo não se torna um organizador psíquico fundador do eu, a menos que seja inscrita psiquicamente. Enigmáticas palavras: o eu não é a percepção da superfície do corpo, mas a "projeção mental da superfície do corpo" (Freud, 1923, p. 40).

Enveredamos, assim, pela questão da oposição eu/objeto e do eu como objeto. O jogo do "fort-da" descrito em *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920) é exemplar quanto a estas questões. Trata-se de brincadeiras realizadas por um menino pequeno, quando da ausência de sua mãe. Nos jogos, o menino substitui a mãe ausente por um carretel e ensaia várias vezes perdê-lo e reencontrá-lo. O mesmo faz com relação à sua imagem no espelho. O que esta brincadeira nos revela? Sem querer entrar, no momento, na discussão acerca da oposição entre a compulsão à repetição e o princípio do prazer, para a qual este exemplo foi evocado por Freud, limito-me a apontar para o exercício de contínuas substituições de objeto: um corpo que se perde para que, em seu lugar, surja uma imagem; a mãe que se vai, reaparecendo um carretel; um eu que se constrói no movimento contínuo de substituições de objeto, paralelamente a sucessivas perdas reais de objetos. Havíamos traçado na origem do desejo a frustração da necessidade; devemos, agora, relacionar esta frustração com a mobilidade dos objetos acima descrita.

Nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), Freud afirma que a atividade sexual nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais: "A atividade sexual apóia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas" (p. 170). Tomando como

2 A edição standard brasileira traduz *Das ich und das es* por *O ego e o id*. Aqui, preferiu-se a expressão *O eu e o isso*.

exemplo a atividade de chuchar o dedo, não é difícil perceber que ela teve sua origem no mamar no seio materno, para, só depois, tornar-se uma atividade independente, afastando-se dos fins nutricionais a ela associados originariamente. Observa-se, aqui, um grande salto: a passagem da boca, de um órgão, a uma zona erógena. O que marca esta distinção é a qualidade da excitação, que só pode ser dita como sexual no segundo caso. Mas qual é a natureza desta excitação que define uma parte do corpo como 'zona erógena' e a pulsão que dela parte como sexual? Esta excitação, como vimos, é o resultado do deslocamento do órgão e de sua atividade correspondente das finalidades somáticas e, o que é essencial, de seu objeto. Este objeto originário se constituirá, então, no paradigma do objeto da pulsão. Paradigma, e não objeto. Não deveríamos nem mesmo utilizar este termo para designar uma atividade movida unicamente por propósitos somáticos. O seio que nutre, enquanto nutre, não é nada em relação ao sujeito, ou é, no máximo, uma coisa, assim como o corpo é coisa, mas não um objeto capaz de proporcionar um prazer de ordem sexual. Esta confusão se esclarece distinguindo-se o que seja "objeto real" e objeto da pulsão. O objeto da pulsão não existe, não é coisa existente; é *um lugar*, fundado à luz do objeto real. Este momento inaugural do sujeito, no qual o corpo, tomado pela necessidade, clama sem êxito por seu objeto correspondente e em que, no lugar deste objeto ausente, produz uma alucinação – o que Freud designa por "imagem mnêmica da satisfação" –, é somente neste momento que o objeto real é introduzido no psiquismo ao modo de uma ausência. É, pois, de uma frustração, ou, se preferir, de uma perda real, que surge a pulsão sexual. Não há, portanto, ligação necessária entre pulsão e objeto – esta é a característica essencial que faz da sexualidade o traço distintivo entre homens e animais. Ao contrário do instinto que possui um objeto definido, previamente determinado, qualquer objeto pode ser objeto da pulsão, sem que nenhum deles seja *o* objeto da pulsão.

Aproximamo-nos, deste modo, da tese segundo a qual o advento da sexualidade funda o psiquismo, ou ainda, que o sexual é o psíquico. A concepção acerca da natureza do psíquico permeia os escritos de Freud, mas não a encontramos explicitada numa fórmula única. Ainda nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud atribui à capacidade da criança em representar globalmente o outro o motivo do advento da atividade sexual no lugar da atividade somática. A representação do outro em lugar do outro-coisa seria, assim, o fundamento do sujeito psíquico, estando o surgimento deste condicionado à distinção de dois lugares: o de sujeito e o de objeto. Numa primeira vertente, compreendemos este lugar onde habita o sujeito como o "eu". Vimos que este se origina da projeção mental de uma percepção privilegiada, a da superfície do corpo próprio. Como núcleo do eu está, então, não a percepção da superfície do corpo, mas a construção de um corpo como superfície – lembremo-nos do exemplo do menino brincando de achar um corpo próprio na imagem do espelho. Do corpo-coisa, corpo qualquer, a um corpo-imagem, corpo de um sujeito. O que é, então, este "eu" em relação ao psíquico em geral? Diz Freud (1923):

"(...) nous nous sommes formé la representation d'une organisation cohérente des processus de l'âme dans une personne et nous l'appelons le *moi* de cette personne" (p. 227). Eis aí sua função: tecer uma superfície que circunscreve "os processos da alma", o que chamo aqui de "psíquico". Criatura fronteiriça, o eu faz limite – um limite perceptivo nas palavras de Freud – com o isso e com a realidade externa, o que, seguindo o raciocínio, deve ser algo de natureza distinta do psíquico propriamente dito.

O estudo dos sintomas neuróticos, lapsos de linguagem e sonhos traz alguma luz a esta questão, na medida em que configuram o sujeito como um sujeito defendido. De que se defende este sujeito? O que o ameaça? Os sintomas, os lapsos de linguagem, os sonhos, operam de certa forma como defesas, dado que são *formações substitutivas* de alguma coisa que não pode ter acesso à consciência. Esta "alguma coisa" banida e rechaçada da consciência, e por ela desconhecida, é, genericamente falando, o "inconsciente". O sujeito – que identificamos aqui com a qualidade de ser consciente, o que nos trará problemas futuramente – constrói um mundo à parte, onde estaria encerrado todo e qualquer conteúdo que, do ponto de vista da consciência, gera desprazer. Ocorre que, no entanto, estes "conteúdos" não podem ser distinguidos, quanto à sua natureza, dos sintomas, lapsos e sonhos. São, eles mesmos, representações, devendo, pois, participar da constituição do psíquico. De fato, a psicanálise nega

> (...) energicamente a igualação entre o que é psíquico e o que é consciente. Não; ser consciente não pode ser a essência do que é psíquico. É apenas uma qualidade do que é psíquico, e uma qualidade inconstante – uma qualidade que está com muito mais freqüência ausente do que presente. O psíquico, seja qual for sua natureza, é em si mesmo inconsciente (...) (Freud, 1950[1938], pp. 317-318).

Estamos, pois, face a um sujeito dividido entre consciente e inconsciente, ainda que ambos os estados mereçam a designação "psíquico". Não obstante, deveremos considerar a existência de um sujeito psíquico para além desta divisão. A cisão de que falamos é a resultante do mecanismo do recalcamento que consiste "(...) em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância" (Freud, 1915b, p. 170). Isto que é afastado da consciência, e que de forma pouco precisa denominamos acima de 'conteúdo', não é senão o *representante psíquico da pulsão* – entenda-se, pulsão sexual – que é composto por uma representação e por um *quantum* de energia libidinal a ela vinculada. O representante da pulsão, submetido ao recalcamento, continua a existir no inconsciente e é neste sistema que inicia a construção de ramificações psíquicas, a partir do representante recalcado, e, apenas quando estas ramificações se encontrarem suficientemente distantes dele – seja porque sofreram deformações, seja porque representações intermediárias criaram uma longa cadeia associativa –, é que elas poderão aceder à consciência.

Provisoriamente, concluiríamos, então, que a ameaça da qual o sujeito se defende não é outra que o próprio representante psíquico da pulsão, identifican-

do o inconsciente com um intruso, responsável por tentar desviar o curso normal da vida psíquica. Esta conclusão, no entanto, é claramente insatisfatória. Na ânsia de a ela aportarmos, fechamos os olhos às lacunas deixadas no transcorrer da discussão. Ou seja, deixamos de resolver, em primeiro lugar, a seguinte questão: porque o representante psíquico da pulsão – e tudo o mais que sucumbe ao recalcamento – gera desprazer? A seguir, fomos infiéis às palavras de Freud, ao identificarmos o inconsciente com um intruso da vida psíquica, que estabelece como essência do psíquico o próprio inconsciente. E, por último, apontamos, mas deixamos de desenvolver, a tese segundo a qual o psíquico é anterior ao recalcamento, o que também fere nossa conclusão.

Isto posto, o sentido inicial da questão da qual partimos terá de ser invertido. Tínhamo-nos perguntado a respeito do que o sujeito se defende. Teremos, agora, de demonstrar, a partir do desenvolvimento das questões acima expostas, que o ato de defender-se é, por si só, o ato inaugural do subjetivo.

Antes de mais nada, devemos esclarecer que, apesar de cientes da distinção de significações do termo "inconsciente", empreendida por Freud, e das conseqüências para esta noção que a perspectiva estrutural impõe, aprofundaremos a compreensão do mecanismo de recalcamento, entendendo que o recalcado, apesar de não-idêntico ao inconsciente, encerra em si as principais características do que chamarei de "inconsciente psíquico"; dentre estas, a principal é a de ser formado por representações, sendo que algumas delas jamais foram ou serão algum dia conscientes, atestando a autonomia de funcionamento do sistema inconsciente. Juntamente com o recalcado, compõe o inconsciente psíquico uma parte do eu. Sob outro aspecto, encontramos o *isso*, o qual, tentaremos demonstrar, constitui um inconsciente de outra ordem, pulsional.

Freud distingue, no recalcamento, dois momentos, sendo um originário. O recalcamento dito originário é aquele que atinge uma representação que jamais recebeu uma catexia consciente, ao contrário do recalcamento propriamente dito, relativo à supressão de representações conscientes ou pré-conscientes, que guardam relação de semelhança ou contigüidade com aquela primeira representação. A não ser pela natureza da representação – ao que voltaremos em breve – ambos os processos ocorrem de forma semelhante. O que dá início ao processo de recalcamento é o surgimento da angústia ligada a determinada representação inconsciente, a partir de sua rejeição. O recalcamento promove, então, a separação da representação e do *quantum* de energia a ela ligado, transformada em angústia. Ocorre, então, a substituição por deslocamento da representação recalcada por outra representação e assim sucessivamente, até que a representação substitutiva, dada a distância com aquela outra, passa para o sistema consciente, desempenhando o papel de anticatexia para este sistema, protegendo-o contra o aparecimento da representação suprimida. Ao lado disto, a angústia, que seguia livre curso, é capturada pelas cadeias associativas formadas pelas representações substitutivas. Deste modo, entendemos

a fobia: todo o temor liga-se a uma representação consciente (medo de um animal, por exemplo), sem deixar vestígio da representação suprimida (Freud, 1915a). A tentativa de suprimir a angústia associada originalmente à representação recalcada é, pois, o objetivo principal do processo de recalcamento. Visto que a finalidade do recalcamento não é outra senão o evitamento do desprazer, "resulta que o destino do *quantum* de afeto pertencente ao representante é de longe mais importante que aquele da representação" (Freud, 1915b, p. 6).

Do processo de recalcamento extraímos uma importante compreensão do funcionamento psíquico em geral: a representação é a matéria-prima capaz de dar conta de tecer uma espécie de rede protetora na qual fiquem aprisionadas as catexias, estranhas ao aparelho psíquico, que o invadem, seja desde o corpo, seja desde a realidade externa. O que são estas representações? Segundo Freud, em *O inconsciente*, as representações são catexias de traços de memória. Os traços mnêmicos, já havíamos indicado em *A interpretação dos sonhos*, constituem um sistema intermediário entre os pólos perceptivo e motor do aparelho, que acaba por criar um intervalo no que seria um aparelho mental exclusivamente reflexo. O sistema ao qual pertencem os traços de memória não pode, no entanto, ser o mesmo que aquele que recebe os estímulos perceptivos. Conclui-se, portanto, que essas duas funções pertencem a sistemas diferentes: o primeiro recebe os estímulos perceptivos, mas não guarda deles nenhum traço e, portanto, não tem memória, enquanto o segundo sistema transforma as excitações momentâneas do primeiro em traços permanentes, em memória. O sistema que não conserva traço algum das excitações que adentram o aparelho psíquico é o sistema consciente; "a consciência surge *em lugar* do traço mnêmico" (Freud, 1900, p. 494).

De seguro, até aqui, temos que a representação exerce no psiquismo a função de mediação, isto é, de adiamento da descarga. Identificamo-la no processo de recalcamento e a definimos como catexia de traços de memória, que são, como vimos, resíduos de experiências de satisfação. Com a caracterização da consciência como sistema perceptivo – e, portanto, carente das marcas da história do sujeito –, sugerimos a seguinte conclusão: o psíquico, como alguma coisa de natureza distinta do real, deve ser dito, apenas, em relação ao inconsciente, sendo este a verdadeira morada do sujeito. É uma conclusão antecipada porque os elementos de que dispomos não são tais que a justifiquem; excluir a consciência do campo psíquico não é, de fato, tarefa simples, porque fere, em muitos pontos, a própria teoria psicanalítica. O que torna legítima a defesa desta tese, entretanto, são os mesmos textos freudianos, em alguns dos quais ela aparece como conclusão necessária, mas não enunciada. Refiro-me, em especial, ao artigo *Além do princípio de prazer* (Freud, 1920). Neste, a consciência surge, mais uma vez, como uma noção estreitamente vinculada à função perceptiva. O dado novo é trazido pela discussão do caráter originário da consciên-

cia, por oposição ao inconsciente, circunscrito a um momento fundador – referimo-nos, por exemplo, à *Interpretação dos sonhos* (Freud, 1900, Cap VII), em que Freud, ao tratar dos sonhos da criança, enfatiza a ausência, nesta, da distinção entre consciente e inconsciente. Não é correto afirmar, ele nos diz, que o propulsor do sonho infantil seja o desejo inconsciente, uma vez que não há ainda esta distinção. Em *Além do princípio de prazer* (Freud, 1920), a consciência aparece como a função do sistema consciente que consiste em produzir percepções de excitações oriundas de duas fontes (equivalente ao que Freud postulava como as duas extremidades do aparelho psíquico): do mundo externo e de sentimentos de prazer/desprazer que surgem do interior do aparelho. Se a consciência funciona aos moldes de uma superfície perceptiva, ela não guarda, no entanto, traços dos processos excitatórios que a atingem, seja a partir do mundo externo, seja do interno:

> (...) o sistema *cs* se caracteriza pela peculiaridade de que nele (em contraste com o que acontece nos outros sistemas psíquicos) os processos excitatórios não deixam atrás de si nenhuma alteração permanente em seus elementos, mas *exaurem-se, por assim dizer, no fenômeno de se tornarem conscientes.* (p. 41; grifo meu)

Isto pode ser compreendido se tomarmos em conta a proximidade da consciência ao mundo externo, uma vez que, em relação aos demais sistemas, ela é originária, confundindo-se mesmo com as atividades vitais do organismo. O que faz com que a consciência seja a função psíquica responsável pela imersão do corpo num ambiente do qual não se diferencia, pois torna-o homogêneo a ele, é sua permeabilidade absoluta às excitações provenientes deste ambiente. Apenas os sistemas subseqüentes ofereceriam resistência à passagem das excitações, sendo que esta passagem do elemento novo deixaria traços permanentes nestes sistemas, precisamente porque rompem, em certa medida, estas resistências. O que difere a consciência dos demais sistemas em relação às conseqüências da introdução de um processo excitatório é a capacidade, ausente no primeiro caso, de vincular a energia. "(...) os elementos do sistema *cs* não conduziriam energia vinculada, mas apenas energia capaz de descarga livre." (Freud, 1920, p. 42)

Ora, a função de quiescer a energia é dita por Freud, neste mesmo texto, como a primeira com a qual o aparelho psíquico deve se haver. A sujeição da catexia livre é de tal modo urgente ao psiquismo que, se não for levada a termo do processo excitatório, resulta um efeito traumático. O trauma é, pois, a ruptura de um certo escudo protetor – erigido não pela consciência, dada a sua incapacidade de vincular energia – resultando no inundamento do aparelho mental com grandes quantidades de estímulos. A sujeição da catexia não é primeira no sentido de anterioridade temporal, senão como a condição mesma de existência de um psiquismo. Voltamos, novamente, à identificação deste com a atividade defensiva. Vemos, assim, convergir num mesmo ponto o que seja o

psíquico e o ato defensivo, que podemos agora definir, nas palavras de Freud (1920), como a atividade cuja finalidade é de "(...) dominar as quantidades de estímulo que irrompera, e de vinculá-las, no sentido psíquico, a fim de que delas se possa desvencilhar" (p. 42). Pode-se ir mais longe e estabelecer, não a atividade defensiva em geral como a caracterização do psíquico, mas um certo ato defensivo, definido no tempo (não cronológico), pontual, qual seja, a defesa contra o trauma, cuja necessidade é anterior logicamente a qualquer aparelho mental posto. O sujeito, assim nos parece, surge na cicatriz resultante do trauma. Ora, não poderíamos afirmar ser esta cicatriz a própria sexualidade? O traço de memória encravado entre a necessidade e a descarga, o fantasma erigido no lugar da satisfação somática, são operações que aprisionam o excesso de energia, dando início à construção do psiquismo. E, se estas operações se originam a partir de (e contra) uma vivência de satisfação somática, temos que nos perguntar no que reside o caráter traumático desta satisfação. A resposta estará, sem sombra de dúvida, na questão do objeto.

Em primeiro lugar, tudo o que se disse a respeito das excitações externas e de seu efeito traumático é plenamente aplicável às excitações internas – as pulsões. Isto porque, em um ponto determinado, as excitações externas e internas coincidem-se, qual seja, adentram no aparelho psíquico sem estarem vinculadas a qualquer representação, sendo este caráter livre da excitação do responsável, como vimos, por seu efeito traumático, o que põe em evidência a pulsão como um conceito de limite entre o somático e o psíquico. O aspecto somático é atestado por sua origem ou fonte: "Por fonte de uma pulsão entendemos o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo(...)" (Freud, 1915c, p. 143). Esta excitação proveniente do corpo não possui existência psíquica, a não ser por meio da representação. O representante psíquico da pulsão conserva, da excitação propriamente somática, a mesma finalidade: a descarga. Isso constitui um paradoxo, pois, como afirma Freud, em *Além do princípio de prazer*, a pulsão sexual – entendida como pulsão de vida – desvia o organismo de seu propósito de retorno ao inorgânico. Ora, sendo a satisfação absoluta a finalidade última da pulsão, e do organismo como um todo, ela coloca em primeiro plano a coisa em relação à qual ou através da qual tal satisfação é possível, a saber, o objeto. A chave da compreensão deste paradoxo, este desvio que é a vida em relação à morte, o psíquico em relação ao corpo, está em saber o porquê de ser, dentre todos os elementos da pulsão, o objeto seu aspecto mais fugidio. Porque, se ele estivesse ali presente todo o tempo, não haveria tensão, pulsão, qualquer desvio; enfim, não haveria vida, vida psíquica no caso do humano, pois é este o seu desvio particular para a morte.

No artigo intitulado *O inconsciente* (Freud, 1915a), Freud esclarece, de uma vez por todas, o que é a representação inconsciente (recalcada): uma representação de objeto. Deste ponto de vista, o recalcamento consistiria no abandono do objeto real, e a libido originalmente a ele vinculada permaneceria

ligada, no inconsciente, a um objeto fantasmático recalcado. Isto é válido, entretanto, apenas para as neuroses de transferência – o próprio fenômeno da transferência supõe a existência da catexia objetal inconsciente. Ocorre que, nas neuroses narcísicas, a frustração da vivência de satisfação não é seguida, como nas neuroses de transferência, pela representação do objeto, mas sim pelo abandono das catexias objetais, "(...) restabelecendo-se uma primitiva condição de narcisismo de ausência de objeto" (Freud, 1915a, p. 225). O que está em questão para ambas as neuroses, no entanto, é o mesmo: o *re*encontro com o objeto. Na neurose de transferência isso ocorre através da catexização de representações inconscientes da coisa do objeto; na neurose narcísica, através da catexização de uma percepção pretensamente real do objeto, o que Freud designa por representações conscientes da palavra do objeto. De modo que, nas neuroses narcísicas, as catexias objetais não são abandonadas de forma absoluta. Mas o que se deve enfatizar é a ausência da representação inconsciente (da coisa) do objeto: "(...) *as primeiras e verdadeiras catexias objetais*" (Freud, 1915a, p. 230; grifo meu). Isso nos coloca um primeiro problema, uma vez que, segundo Freud, a representação de palavra do objeto – presente nas neuroses narcísicas – constitui uma etapa posterior à representação da coisa do objeto. Esta assertiva da posterioridade da representação de palavra em relação à representação de coisa só é verdadeira, no entanto, do ponto de vista das neuroses de transferência. Nestas, o abandono do objeto real é seguido pelo recalcamento e pela ligação da catexia objetal à representação, que só poderá se tornar consciente se se traduzir em palavras.

O processo é inverso nas neuroses narcísicas; nestas, o abandono do objeto real deixa como resto a catexia objetal que não encontra qualquer representação inconsciente à qual se vincular. A catexização de representações de palavra não segue a via da neurose de transferência, do inconsciente à consciência. Na neurose narcísica, ao contrário, estas palavras catexizadas originam-se diretamente da via perceptiva, sem estarem ligadas a alguma representação inconsciente de coisa, mesmo porque elas inexistem. Há mesmo que se perguntar pela pertinência do conceito de recalcamento nas neuroses narcísicas, dada a ausência da distinção consciente/inconsciente. Ou seja, mesmo as representações de palavra catexizadas pelo psicótico não são, rigorosamente falando, representações, porque não exercem o que deveria ser sua função essencial: estabelecer a distância com o representado. Esta distância imposta pela representação é não só o limite à satisfação real, como também, e em função disto, o que assegura o lugar do psíquico. A atividade alucinatória das psicoses "(...)esgota toda a atividade psíquica no apego ao objeto de seu desejo" (Freud, 1900, p. 516). Freud continua dizendo que "para chegar a um dispêndio mais eficaz da força psíquica é necessário deter a regressão antes que ela se torne completa, para que não vá além da imagem mnêmica (...)" (p. 516), para que não vá além da representação, pois o encontro perceptivo com o objeto é

mortal do ponto de vista do psiquismo: "(...) o que garante a segurança do eu é o fato de o objeto ter sido retido" (Freud, 1923, p. 70). Ao contrário do que comumente se diz, preferimos caracterizar a psicose como um estado absoluto de consciência, no qual sujeito e objeto, como categorias distintivas, não existem, mas estão ambos imersos num Real que os ultrapassa. Torna-se fácil, agora, a compreensão da afirmação de Freud a respeito da divisão psíquica: "(...) merece ser reconhecida e respeitada como a guardiã de nossa saúde mental" (Freud, 1900, p. 517). Enquanto o estado absoluto de consciência das neuroses narcísicas é o corolário da condição perceptiva do objeto, o inconsciente é o corolário de sua condição representativa, sendo, portanto, a divisão psíquica parte da condição humana, somente na medida em que esta divisão é limite à satisfação real.

À parte da distinção qualitativa entre pulsão de morte e pulsão sexual (de vida), Freud estabelece em *Além do princípio de prazer* (1920) uma caracterização universal das pulsões, que constitui a hipótese fundamental de sua metapsicologia. Este caráter universal das pulsões é dado por sua finalidade, a "de restaurar um estado anterior de coisas" (Freud, 1920, p. 78). A pulsão sexual, no entanto, subverte os propósitos da pulsão de morte, na medida em que, como representação psíquica, é o desejo que põe em ação o aparelho mental, do qual falava Freud em *A interpretação dos sonhos*. Note-se que a pulsão, como conceito genérico, aponta sem dúvida para a fronteira entre o anímico e o somático, mas somente porque contém em si os desdobramentos pulsão sexual/pulsão de morte. A primeira, apenas, tem sua inscrição psíquica e somente a ela cabe o que definimos como a carência de objeto inerente à pulsão. E disto depreendemos que o caráter de inerência da pulsão ao corpo deve ser reservado, com mais precisão, à pulsão de morte. Os propósitos da pulsão de morte estão presentes, desde o início, em qualquer organismo que não necessariamente da ordem do humano. Sua presença é anterior à constituição psíquica porque diz respeito ao corpo, não o corpo sexualizado, mas o biológico. A pulsão de morte é, pois, a expressão conceitual do objetivo último da vida, o retorno ao estado inorgânico, a morte. Representa a consecução da permeabilidade absoluta aos estímulos – tal qual configura o estado inaugural de consciência – de completa desvinculação das catexias.

A morte nos serve, assim, como paradigma do Real – corpo e realidade externa confundidos num eterno fluxo de energias. Não se trata, na verdade, de concluir pela união, neste estado, de sujeito e objeto, mas sim da dissolução no Real das *posições* de sujeito e de objeto. Não há, propriamente falando, objeto real, sujeito real, corpo real ou realidade real, como entidades. Há o Real, uma massa amorfa se assim o quisermos, que por isso mesmo não comporta distinções, separações, unidades em si, como implica o emprego dos conceitos de sujeito, objeto, corpo e realidade. Vimos que é a representação o elemento responsável pela vinculação da energia livre, e, por conseguinte, é o operador do

corte, da separação de um certo eu em relação ao corpo e à realidade. Esta realidade não será jamais percebida, porém representada. Uma tela representativa se anteporá à pura percepção. E o trauma não é, pois, o fluxo indiscriminado de catexias, mas o rompimento de uma barreira, de um escudo, de um limite já esboçado. O efeito traumático é retroativo à construção do espaço subjetivo, ainda que pouco definido. Ele diz respeito à ameaça de des-subjetivação. O Real por si só não é apavorante, porém o *retorno* ao Real representa o aniquilamento do eu. "O que o eu teme do perigo externo e do libidinal não pode ser especificado; sabemos que o medo é de ser esmagado ou aniquilado, mas ele não pode ser analiticamente compreendido" (Freud, 1923, p. 74). Em direção à dissolução do eu é que trabalha a pulsão de morte.

A pulsão sexual, por outro lado, de modo à primeira vista um tanto casual, atua como o propulsor da construção contínua do psiquismo. Mas ela também visa restaurar um estado anterior de coisas, a reedição da primeira vivência de satisfação. Ora, Freud nos diz que a consecução da satisfação absoluta da pulsão sexual é o mesmo que a morte. Ao mesmo tempo, afirma que a pulsão sexual é impedida de levar a termo seu propósito e neste impedimento, sem abandonar sua finalidade, torna-se a força motriz do aparelho mental. Então, duas possibilidades se nos apresentam: a de que a pulsão de morte e a pulsão sexual sejam a mesma coisa, sofrendo a última um desvio na sua atividade, cujos motivos nos são obscuros; ou a de que a pulsão sexual seja, desde sempre, distinta e mesmo contrária à pulsão de morte, de modo que os estados anteriores de coisas a que ambas as classes de pulsão visam retornar não seriam o mesmo, porém equivalentes. Por exemplo, a consecução da satisfação sexual completa (aos moldes da satisfação da necessidade) não seria em si mesma mortal, mas o correspondente psíquico da morte do corpo.

Não é simples optar por uma destas posições, e talvez nem mesmo seja necessário fazê-lo. Se o pressuposto fundamental desta discussão consiste na afirmação do caráter secundário da vida em relação à morte, ou seja, a vida como um intruso indesejado na substância inanimada, a partir deste pressuposto atenuaremos a divergência acima exposta a respeito da pulsão sexual. A pulsão de morte, que é na maioria das vezes invisível, difícil de ser circunscrita e identificada, é trazida à luz pela compulsão à repetição. Diz respeito a uma certa atividade repetitiva, como o próprio nome revela, impulsionada pela presença de energia livre no aparelho mental. Lembremo-nos da relação da morte com a completa desvinculação das energias, fato com o qual Freud mostra a dificuldade em atribuir à pulsão sexual a característica de uma compulsão à repetição. A pulsão sexual estaria, isto sim, submetida à regência do princípio de prazer. Ocorre que tanto a compulsão à repetição como o princípio de prazer são expressões, nas palavras de Freud (1920), da "tendência dominante da vida mental", que consiste no esforço "para reduzir, para manter constante ou para remover a tensão interna devida aos estímulos" (p. 76). Isto não significa, entre-

tanto, que o princípio de prazer seja o mesmo que a compulsão à repetição; cada qual indica que há, na vida mental, mais de uma maneira de reduzir as tensões. A compulsão à repetição, como vimos, pressiona o aparelho no sentido da descarga; o princípio de prazer opera no sentido de quiescer as catexias livres. A primeira é mais fundamental porque é originária no organismo, expressa a tendência de retorno ao inorgânico. Por outro lado, o princípio de prazer pressupõe a existência da atividade mental representativa no organismo, uma vez que é a representação o elemento capaz de vincular a energia livre. Portanto, o princípio de prazer é não só intrínseco à ordem representativa, mas dependente dela. Aqueles processos que se realizam na vida mental independentemente desta ordem escapam ao princípio de prazer.

Redução das tensões não tem, pois, um único sentido. Do ponto de vista do sujeito psíquico, reduzir as tensões é torná-las quiescentes, impedir, no limite, qualquer descarga motora, oferecer à pulsão, por assim dizer, uma satisfação fantasmática, o que não só preserva como também estimula a eterna construção de cadeias representativas, verdadeiro quartel general do eu. E é neste sentido que a pulsão sexual – presa desde a origem a um eu-representação – é pulsão. A compulsão à repetição, em contrapartida, defende os propósitos puramente biológicos do corpo, leva adiante a tarefa de morrer.

Note-se que, de tudo o que foi dito, fizemos mais que apenas trilhar o pensamento freudiano. Em primeiro lugar, isto não seria verdadeiro, pois fizemos recortes em sua obra de tal ordem que, indiscutivelmente, prejudicaram o rigor esperado com suas idéias. Ademais, e em função deste recorte, chegamos a conclusões com as quais o próprio fundador da psicanálise se espantaria. Isto não significa, porém, que contrariem de todo a teoria psicanalítica, mas que podem ser consideradas como virtuais desenvolvimentos dela. Ao longo de nossa argumentação, apontamos para algumas destas conclusões. Iremos retomá-las partindo da posição que ocupam em relação a um novo modelo de aparelho psíquico, que exporei em seguida. Tudo o que é psíquico é representativo, quer dizer, não há nada no psiquismo que não seja representação. Ainda que, por exemplo, ocasionalmente um *quantum* de energia livre adentre o aparelho psíquico, esta energia será um "de fora" até que se vincule. É o que se passa com o trauma: um corpo estranho irrompe o terreno psíquico. Toda representação constituinte do psiquismo caracteriza o eu, isto porque o ato de vincular a energia é um ato singular. O sujeito está no modo pelo qual representa seu corpo, sua realidade. Não há uma representação do eu; o eu é a representação. Em cada representação encontramos o sujeito na sua singularidade. Estendo, pois, o conceito de "eu" às representações em geral, incluindo as representações recalcadas – às quais, entretanto, Freud opõe o eu – porque tomo o eu não tanto como uma estrutura psíquica, mas principalmente como o fenômeno de subversão do biológico, de nomeação do corpo. Se se quiser, o mesmo que Freud designou por "realidade psíquica".

Da divisão consciente/inconsciente conservamos o inconsciente como essência do psíquico, acrescentando, por ser ele representativo, a oposição à consciência perceptiva – função originária do organismo. A percepção, por si só, não pode ser distinguida de qualquer outra função somática. Para que se torne elemento psíquico, como diz Freud a respeito da constituição do eu, a percepção deve ser representada. E, afinal, o que é o eu senão a representação da percepção do corpo? Deste modo, praticamente sugeri a proximidade do eu ao inconsciente e, de modo inverso, da consciência ao *isso* – ciente de não acompanhar Freud neste ponto. Mais correto seria, talvez, substituir estas oposições por outra, a meu ver, mais fundamental, a saber, aquela entre representação e representado. Quer dizer, o psíquico é representação disto que designamos por 'Real', mas não é imagem, cópia, reprodução. Como toda representação, substitui o que representa, vem no lugar dele, porém transformando-o, obscurecendo-o. O Real é contemplado apenas parcialmente no psíquico. A insuficiência da representação faz perder de vista o que no representado há de mais essencial: o anonimato, a plenitude. E, em seu lugar, escreve um nome e marca um desejo. Vê-se aí surgir, do ato representativo, um sujeito. Toda construção subseqüente terá por fim obscurecer e deformar ainda mais este real, porque o retorno a ele significaria trilhar o caminho contrário, "des-representar"; em outras palavras, a morte do sujeito.

A perplexidade com que chegamos ao final da leitura da obra *Além do princípio de prazer* (Freud, 1920) parece então confirmar-se num pensamento que não podemos deixar de formular: o psiquismo é, para o homem, uma condenação à vida. O sujeito nasce mutilado, sustentado por uma pulsão sem objeto, deve aceitar o exílio da representação, resignar-se em sua condição desejante ou irromper os muros de seu castelo representativo, arriscando-se a se diluir na opacidade do Real.

As implicações teórica e clínicas

Talvez o maior emblema da teoria psicanalítica, ao qual associamos de imediato a figura de Freud, seja a divisão psíquica por ele postulada entre consciente e inconsciente. Descrita por Freud como a terceira ferida narcísica da humanidade, a divisão psíquica é, na verdade, conseqüência da hipótese do inconsciente. Partindo-se da noção de inconsciente, estabelece-se, por um lado, a oposição ao consciente e, por outro, a oposição ao Real. Cada qual coloca para a psicanálise o problema da possibilidade de religar os termos cindidos. O inconsciente, por si só, compreendido em sua essência representativa, torna primordial esta questão. Como representação aponta sempre para algo que lhe ultrapassa, que está fora, do qual se origina e ao qual se refere, quer seja este outro termo a consciência ou o Real.

De início, a hipótese do inconsciente exige não só profundas transformações na prática clínica, mas principalmente nos pressupostos que fundamentam esta prática. Na transição do método catártico à associação livre localizamos o surgimento da psicanálise. No entanto, a associação livre no seu âmbito estritamente técnico não estabelece um novo modo de investigação e intervenção na patologia mental, como fez a psicanálise. Esta transição técnica é o resultado da resolução do problema trazido pela hipótese do inconsciente, no que tange à sua acessibilidade; pois, uma vez que se estabelece um mundo à parte à consciência, ao mesmo tempo que se lhe atribui o estatuto etiológico da patologia mental, corre-se o risco de condená-lo à condição de ser desconhecido. Impedido, assim, o acesso ao inconsciente; a cura visada por toda clínica das doenças mentais torna-se, neste contexto, inviável. Este problema é, no entanto, se não completamente resolvido, ao menos atenuado, tão-logo se considere a natureza comum dos elementos conscientes e inconscientes, qual seja, o de serem representações. Em outras palavras, o que distingue consciente e inconsciente é outra coisa que não sua natureza; pois, sendo ambos englobados pela atribuição 'psíquico', conservam, para além das diferenças, uma mesma essência representativa que os aproxima. Fincados num mesmo terreno, não se precisará muito para se propor relações de correspondência entre os elementos dos dois sistemas, culminando-se certamente na tese do determinismo psíquico, escopo teórico do método da livre associação.

Através do conceito de representação-meta (consciente e inconsciente), Freud elimina a casualidade dos processos psíquicos, construindo um psiquismo pautado em ligações representativas que, por sua vez, formam cadeias representativas. As representações-meta são representações privilegiadas (nucleares) que orientam o curso dos nossos pensamentos. Funcionam como o ponto de estofo das cadeias representativas. Disto depreendemos que a ligação entre representações não é uma eventualidade da organização psíquica, mas o seu fundamento, donde o determinismo psíquico se torna a conclusão necessária. Toda representação consciente está, necessariamente, associativamente vinculada a representações inconscientes, assim como toda formação substitutiva é determinada pelo material que substitui. É neste sentido que a associação livre constitui o correspondente técnico da proposição da não-arbitrariedade dos eventos psíquicos. A isto se refere a seguinte passagem de *A interpretação dos sonhos*:

> Ocorre que é demonstravelmente inverídico que estejamos sendo arrastados por uma corrente de representações sem meta alguma quando, no processo de interpretar um sonho, abandonamos a reflexão e deixamos que emerjam representações involuntárias. Pode-se demonstrar que a única coisa de que conseguimos nos libertar são as representações-meta que nos são conhecidas, mas fazemos isso, as representações-meta desconhecidas – ou, como dizemos sem precisão, "inconscientes" – assumem o comando e, daí por diante, determinam o curso das representações involuntárias. Nenhuma influência que possamos exercer sobre nossos

> processos anímicos nos facultará pensar sem representações-meta, nem tenho conhecimento de qualquer estado de confusão psíquica que seja capaz de fazê-lo. (Freud, 1900, p. 484)

Faz-se necessário neste ponto um rápido esclarecimento, ao qual retornaremos mais adiante. Apontamos para a possibilidade de conceber-se, ao lado da consciência puramente perceptiva, uma consciência representativa, sendo a primeira originária em relação ao inconsciente, ao passo que a consciência representativa é posterior ao inconsciente. Permanece sendo a percepção o núcleo da consciência; ao contrário, o estado de consciência é, em relação à representação, uma possibilidade fugaz. A consciência é, pois, essencialmente perceptiva, desprovida da capacidade de construir representações. As representações que se tornam conscientes devem ser sempre pensadas numa derivação inconsciente, sistema no qual são produzidas.

Justificada a tese do determinismo psíquico e de seu correspondente técnico – a associação livre –, a partir da organização das representações no psiquismo, dissipam-se as dificuldades antes postas pela divisão consciente/inconsciente. Este foi, de fato, o terreno fértil sobre o qual toda teoria psicanalítica se edificou. A psicanálise, pode-se pensar, é o conjunto dos vários exercícios – teórico e clínicos – empreendidos ao redor da intrigante divisão psíquica. Divisão esta que, não obstante as dificuldades que introduziu no pensar o fenômeno da subjetividade humana, não impôs jamais à ciência psicanalítica um obstáculo que não fosse superável. Graças ao conceito de representação temos acesso – mesmo que hipoteticamente – ao inconsciente em toda sua extensão. Uma vez que toda representação supõe outra à qual substitui, o inconsciente, ao menos virtualmente, é todo ele passível de ser conhecido. Ocorre que devemos supor um fim, ou melhor, um começo, neste processo de substituições. Porque as representações não estão aí desde sempre, elas são construídas. E, então, se no funcionamento psíquico verificamos que uma representação, no processo de substituição, ocupa o lugar do representado em relação àquela que a substitui – lembremo-nos que a característica da representação é referir-se sempre a alguma coisa que não ela mesma –, deve haver ao menos uma representação cujo representado não seja, ele mesmo, representação. Porque, do contrário, o processo estender-se-ia ao infinito, ferindo nossa concepção da origem "acidental" do psiquismo. É necessário que a representação primeira – responsável por introduzir no organismo um elemento distinto do somático – tenha por representado um elemento que lhe seja estranho, que não compartilhe de sua natureza representativa; em outras palavras, que ocupe o lugar de exterioridade em relação ao psíquico propriamente dito. Falamos, evidentemente, do Real. E então o Real, que antes nos parecia encarcerado numa pré-história anterior, no tempo, ao advento do sujeito e que, se nos dá a pensar como uma suposição que tange ao inverossímil, existe atualmente, a todo instante, porque a ele se refere continuamente o sujeito, na sua arte de representar. Paradoxalmente, a representação, bem sucedida na empresa de afastar-se do Real, mantém com o

corpo um elo indissolúvel, um tributo não só à origem do psiquismo, como de seu fim. Portanto, é este paradoxo, e não a divisão psíquica como comumente se supõe, o principal obstáculo com que se depara a psicanálise, nos seus âmbitos teórico e clínico: põe em cheque o alcance da disciplina "psicanálise", desconcerta a certeza que temos de ser a ciência do inconsciente e, ao mesmo tempo, nos obriga a repensar os objetivos da análise e a própria pertinência de uma prática clínica psicanalítica.

Em cima do muro – este é o ponto a que chegamos. É esta também a impressão que temos de Freud acompanhando sua jornada metapsicológica. Em cima do muro, quer dizer, de acordo com o senso comum, indecisos, ao que podemos acrescentar, no limite, um limite perigoso. Com sua cautela teórica, Freud expressa o mesmo dilema do paciente em análise: até onde ir? A concepção freudiana dos propósitos da análise é bastante clara e recorrente em sua obra. Cabe à análise tornar consciente o que é inconsciente. A empresa da análise assim posta encontra seu lugar na teoria, ao lado da conceitualização da patologia mental, especificamente no que tange à sua etiologia num material inconsciente retido. Como é característica do sistema inconsciente, os elementos que dele fazem parte permanecem ao longo do tempo sem sofrer alteração alguma. De modo que, para tornar a cura um fato, seria preciso refazer, no sentido contrário, a trilha das cadeias representativas, até que se alcançasse a representação tida por responsável pelo estado patológico atual. O que nos faz supor que o simples fato de tornar consciente a representação inconsciente neutralizaria seu efeito patogênico. Como isto é possível? À primeira vista, num tom um tanto romântico, Freud justifica o "poder" da consciência na possibilidade oferecida exclusivamente por este sistema, do sujeito *escolher livremente* o destino das representações que compõem sua subjetividade. A nós parece, portanto, que Freud concede ao menos um lugar onde o livre-arbítrio do sujeito é preservado em sua eficácia, em que possa escapar do determinismo inconsciente, que desde o início subjuga sua vontade. Note-se, porém, que esta consciência não é a mesma que aquela descrita por Freud em *Além do princípio de prazer* (1920). Podemos dizer que, ao contrário daquela, esta consciência não é "natural", mas *produzida pela análise.* Ela não tem por função primordial a percepção, como a tem a consciência como estado originário do organismo. É um estado novo, que consiste em lançar luz sobre as marcas da história do sujeito, aproximá-lo das representações nas quais habita. Sem hesitar, detectamos neste ponto o grande salto de Freud e o fundamento de sua clínica; queremos dizer que não se trata, na prática da psicanálise, de favorecer um processo que já está dado, mas de criar um novo modo de funcionamento psíquico. Pois não é o mesmo transpor o conjunto de representações inconscientes para a consciência. Falamos aqui da consciência das representações e não da consciência representativa. Esta última consiste apenas na transposição da representação de um sistema a outro, em torná-la conhecida, passível de ser apropriada ao

modo de um saber, mas não tem poder algum sobre ela. A posição de Freud é outra; os propósitos da análise são mais ambiciosos. Tornar consciente o inconsciente, e com isso alcançar a "cura", implica que neste movimento o sujeito possa desvencilhar-se das representações que o cerceiam. A liberdade de que fala Freud é – ao menos assim nos parece – o avesso de uma conquista; é, na verdade, o resultado de uma desconstrução. A consciência tem por efeito o rompimento da trama representativa, verdadeira prisão domiciliar. É preciso enfatizar estes dois aspectos da representação: prisão e domicílio, para que se entenda a análise na sua dupla vertente. O despojamento do sujeito em relação às representações que antes o sustentavam torna-o *livre e estrangeiro*, ao ponto de perguntarmos se, uma vez fora de seu lar representativo, o sujeito deve ainda ser assim designado. Pois a representação não é um simples elemento psíquico, ela é a própria subjetividade. O sujeito está em cada representação que o constitui, nas ligações que estabelece entre elas. Será que encontramos também no lado de fora alguma coisa que mereça a designação "subjetivo"? Não dissemos antes que sem a defesa posta pela representação o sujeito diluir-se-ia na opacidade do Real e que isto seria o mesmo que a morte? Como, então, propomos agora que a análise leve o sujeito até este ponto?

Não se trata de uma questão de escolha; teórica e clinicamente a fronteira entre o subjetivo e o Real é um imperativo ao qual não se pode dar as costas. Principalmente porque o Real é logicamente anterior ao subjetivo e o sustenta como fundamento. Quer dizer, ao passo que o Real representa tudo aquilo que é em si e por si mesmo, adquirindo por este motivo o caráter de impessoalidade que lhe é próprio, o sujeito é causado, produzido, num movimento que podemos descrever como afastamento deste absoluto que o antecede e permanece, de certa forma, ultrapassando-o. A representação cria relevos nesta massa homogênea que é o Real, porém, por mais sólidos e elevados que sejam estes acidentes, na suas bases estará sempre, a lembrar-lhes a origem, uma planície regular, de extensão indefinível. De modo que a análise, concebida à maneira de um regresso, um retorno cuja finalidade é a de desalienar o sujeito em relação a si mesmo, promoveria, necessariamente, uma "des-subjetivação". Porque, note-se bem, ao identificarmos o psíquico ao representativo, estamos sugerindo o aspecto alienante da constituição subjetiva. Mais que um aspecto, a alienação é a conseqüência *sine qua non* da subjetivação. E, se o projeto freudiano é desalienar, o horizonte será a des-subjetivação, o que, seguindo nosso raciocínio, implicaria a afirmação absurda de que a análise teria por fim encurtar o desvio humano em direção à morte. Menos absurda talvez, se se tratar não de uma morte real, mas uma morte psíquica, a morte do "eu". Para isto teríamos de supor uma terceira ordem, intermediária entre o real e o psíquico propriamente dito, que representaria o desfecho do processo analítico. Nada nos fala Freud, entretanto, a este respeito.

Este "entre" ao qual aportamos através da discussão dos propósitos clínicos da psicanálise, por mais espantoso que nos pareça, constitui o ponto nuclear da metapsicologia freudiana. Espantoso porque, no início, havíamos estabelecido a seguinte hierarquia: empiria (clínica), ciência (teoria) e metapsicologia, de modo que imperceptivelmente criamos uma distância quase que intransponível entre a clínica e a metapsicologia. Ora, vimos agora que há um lugar privilegiado em que estas duas "instâncias" da psicanálise se encontram diretamente, imediatamente. O que não deve ser, entretanto, motivo para espanto, ou necessidade de rever o que havíamos postulado. Na verdade, o ponto no qual a clínica e a metapsicologia se encontram é aquele que se impõe com a radicalização dos conceitos da ciência psicanalítica. Ou seja, o que com precisão designo como *autofagia* – a morte da psicanálise, o corolário da morte do sujeito para a qual a proposta clínica de Freud parece apontar. Da morte da psicanálise surge a metapsicologia; da morte do sujeito persiste a interrogação. Mas o que nos importou aqui demonstrar, e deve ser evidenciado, é a diferença radical entre a ciência psicanalítica e a metapsicologia; a primeira trata do sujeito psíquico, enquanto a outra abre um novo campo a partir da descoberta do absurdo subjetivo, da impossibilidade mesma que a própria teoria psicanalítica acaba por evidenciar, de se sustentar a posição subjetiva alienante. Todo este percurso que visou sinteticamente refazer os passos de Freud, teve por único fim indicar esta implosão da teoria, sem com isto querer profetizar o fim da psicanálise. Ao contrário, mostramos que a psicanálise, galgando os degraus teóricos que propôs, chegou a um impasse que poderia ter se constituído em aporia, mas que, na verdade, promoveu uma inovação, a abertura de um campo ainda por explorar, desconhecido à própria psicanálise, obscuro nas palavras de Freud – a metapsicologia.

Em certa medida, no entanto, a oposição da metapsicologia a uma certa psicanálise clínica deve ser mantida. A metapsicologia parece mesmo encontrar seu lugar na obra freudiana na contraposição especulativa que estabelece em relação aos relatos e interpretações de casos clínicos. A distância dos fatos proposta pela metapsicologia em oposição à práxis da psicanálise põe em evidência a questão da universalidade, somente a partir da qual tal distanciamento se justifica. Podemos definir a metapsicologia como uma psicanálise geral; quer dizer, uma psicanálise que tematiza o universal do psiquismo humano, para além – o que é essencial – da constituição de um sujeito. Freud nos diz que o campo próprio da psicanálise é o acidental – trata-se, evidentemente, de uma referência ao tratamento analítico. A este acidental, ele opõe o constitucional, o que significa, sob o ângulo das ciências, propor um certo grau de casualidade como o fator propulsor da seqüência de acontecimentos ao longo do tempo, os quais, em função deste caráter casual, definirão as vicissitudes sofridas pelo organismo humano aos moldes de uma história privada, singular – portanto subjetiva. É a isto que nos reportamos ao fazermos referência à acidentalidade da constru-

ção subjetiva. A proposta clínica que daí se origina terá por meta desatar os nós defensivos erigidos pelo sujeito ao longo de sua história. Em *Análise terminável e interminável* (Freud, 1937) vemos o eu identificado à atividade defensiva, dado que é nesta atividade que se atesta uma escolha particular – a história subjetiva narrada pelos episódios defensivos. A condição alienante do eu é caracterizada, neste artigo, como *distorção perceptiva*. Alienação, portanto, no sentido de afastamento da realidade. Tudo isto para dizer que, para o pai da psicanálise, o horizonte do tratamento analítico – a verdade a que visa – pode ser enunciado como fidelidade à realidade. Em outros termos, a busca de uma imediatez perceptiva, de uma realidade que se apresenta, e não se re-apresenta.

Ora, neste "para além" do campo representativo, somente do ponto de vista clínico, supõe-se o apagamento do lugar de sujeito. O mesmo não ocorre na perspectiva metapsicológica; aqui, o sujeito como conceito pode permanecer, mas deve sofrer uma transformação radical: o sujeito metapsicológico trata do universal, pode-se dizer, da condição *a priori* de todo subjetivo posto como existência. E é precisamente neste ponto que a metapsicologia se afirma como saber distinto da ciência psicanalítica, que tematiza a *expressão atual* do fenômeno psíquico, em tudo o que esta atualidade carrega de acidental.

Com o que chegamos à seguinte questão: que verdade é esta enunciada por Freud em *Análise terminável e interminável* (Freud, 1937), como ponto final do tratamento psicanalítico? Duas possibilidades se nos apresentam. A primeira, fiel às palavras de Freud, diz respeito à reconstrução da história do sujeito – utilizando a metáfora arqueológica de Freud, à descoberta das ruínas de uma civilização passada e à reconstrução do que fora perdido. Uma verdade, portanto, histórica. A segunda possibilidade – não tão fiel a Freud – não se opõe à primeira, mas ultrapassa-a. Seria aquela que, indo além da reconstituição das lacunas da história do sujeito, faz mais que desenterrar os alicerces de uma antiga civilização; pois, ao fazê-lo, liberta o sujeito dos escombros de sua memória, como se o ato de jogar luz sobre o que há muito tempo esteve mergulhado em trevas reduzisse a pó o que se conservava na escuridão.

Não nos é possível, no momento, seguirmos adiante. Terá sido suficiente, se obtivemos êxito em nossa empresa – e assim o espero –, reunir os elementos que nos tornam aptos a perceber que a psicanálise, naquilo que é sua maior inovação, a saber, a concepção de um psiquismo avesso à "natureza", nos propõe que tragamos para um terreno outro que não o da filosofia – na qual tal questão foi desde sempre tematizada – o problema da relação entre a representação e a verdade. Mais que isto, abrir o campo metapsicológico como possibilidade de aproximação destas duas noções; metapsicologia que aponta para a concepção de uma subjetividade que contenha em si a singularidade da representação e o caráter universal da verdade.

Referências bibliográficas

Freud, S. (1900) – **Die traumdeutung.** Edição consultada: **A interpretação dos sonhos.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. IV-V, 1987.

Freud, S. (1901) – **Zur psychopathologie des alltagsleben.** Edição consultada: **A psicopatologia da vida quotidiana.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. VI, 1987.

Freud, S. (1905) – **Drei abhandlungen zur sexual theorie.** Edição consultada: **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. VII, 1987.

Freud, S. (1914) – **Zur geschichte der psychoanalytischen bewegung.** Edição consultada: **A história do movimento psicanalítico.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. XIV, 1987.

Freud, S. (1915a) – **Das unbewusste.** Edição consultada: **O inconsciente.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. XIV, 1987.

Freud, S. (1915b) – **Die verdrangung.** Edições consultadas: **Repressão.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. XIV, 1987 e **Le refoulement** (trad. Jean Laplanche e J.B. Pontalis), 1915.

Freud, S. (1915c) – **Triebe und triebschicksale.** Edição consultada: **Os instintos e suas vicissitudes.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. XIV, 1987.

Freud, S. (1920) – **Jenseits des lustprinzips.** Edição consultada: **Além do princípio de prazer.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. XVIII, 1987.

Freud, S. (1923) – **Das ich und das es.** Edições consultadas: **O ego e o id.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. XIX, 1987 e **Le moi et le ça** (trad. Jean Laplanche). Éditions Payot.

Freud, S. (1937) – **Des endliche und die unendlich analyse.** Edição consultada: **Análise terminável e interminável.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. XXIII, 1987.

Freud, S. (1950[1938]) – **Some elementary lessons in psycho-analysis.** Edição consultada: **Algumas lições elementares de psicanálise.** Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. XXIII, 1987.

Reale, G. (1975-1980) – **Storia della filosofia antica.** Edição consultada: **História da filosofia antiga.** São Paulo, Loyola, 1ª edição, Vol. I, 1993.